

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA: SABERES E CAMINHOS EM CONSTRUÇÃO

Maria Edith Romano Siems¹

EIXO TEMÁTICO : ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Resumo

Este artigo discute a interface entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos e a forma como a articulação entre esses campos vem sendo construída no contexto da educação brasileira. Identificamos de que forma essa interface vem se constituindo como objeto de estudo nos programas brasileiros de pós-graduação, mapeando a produção acadêmica na área. Realizamos pesquisa bibliográfica acerca dos campos de interesse e mapeamos o Banco de Teses da CAPES. Foram localizadas 10 dissertações e 01 tese, produzidas entre 2003 e 2009 apontando a emergência do tema entre os pesquisadores da educação. Foi possível constatar a predominância dos relatos acerca da fragilidade das estruturas de Educação de Jovens e Adultos para o atendimento educacional a pessoas com deficiência, bem como as dificuldades vivenciadas nos serviços de Educação Especial para oferecer atividades acadêmicas efetivamente enriquecedoras e eficazes para a inclusão social destes jovens e adultos.

Palavras – chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Inclusão Escolar

Abstract

This article discusses the interface between Special Education and Education for Youths and Adults, and how the relationship between these fields has been constructed in the context of Brazilian education. We identified how this interface is becoming an object of study in Brazilian

1 Doutoranda pelo Programa de pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, orientador, Kátia Regina Moreno Karado email: msiems@uol.com.br

programs of graduate studies by mapping the academic area. We carry out bibliographic research on the fields of interest and map the CAPES thesis database. We found 10 dissertations and 01 thesis produced between 2003 and 2009 pointing to the emergence of the topic among researchers in education. It was possible to verify the predominance of reports about the fragility of the Youth and Adult Education structure for educational services to people with disabilities as well as the difficulties experienced in the services of Special Education to offer effectively enriching academic activities and effective social inclusion of these young people and adults.

Key - words: Special Education; Education for Youths and Adults; School Inclusion

INTRODUÇÃO

O tema central deste artigo é a interface entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos e a forma como a articulação entre esses campos vem sendo construída no contexto da educação brasileira. Consideradas modalidades de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja estruturação no interior de nossos sistemas educacionais ainda está sendo realizada, constituem-se, em nosso entendimento, de campos de conhecimento que demandam aprofundamento de estudos por parte de pesquisadores das duas áreas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 1996 (Brasil, 2004, p. 102) apresenta na organização didática de nossos sistemas, capítulo específico em que destaca a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino a ser incorporada no conjunto das políticas de educação básica, e oferecida regularmente pelos sistemas públicos e privados de ensino.

Esta mesma lei, em seu capítulo V, que trata da Educação Especial como modalidade de ensino, estabelece que a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais deva ser realizada “preferencialmente na rede regular de ensino”, sem estabelecer, no entanto, os critérios ou limites que estabelecem a natureza deste *preferencialmente* para a matrícula desses educandos. Nos manuais de orientação aos gestores e docentes produzidos pelo Ministério da Educação - MEC com diretrizes específicas para a Educação

Especial. Observa-se a conceituação desta modalidade de ensino como de caráter transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, aí incluída, evidentemente, a Educação de Jovens e Adultos.

De maneira geral, a presença de alunos com necessidades educacionais especiais, categoria que, de acordo com nossos documentos legais engloba as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação já seria previsível na Educação de Jovens e Adultos, já que, como ocorre com todos os demais grupos populacionais, em um país de dimensões continentais como o Brasil, situações sociais, culturais e geográficas podem dificultar ou impedir o acesso de grupos variados à escolarização na idade prevista para o fluxo na Educação Básica.

Há indícios de que a chegada de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação de Jovens e Adultos esteja ocorrendo de maneira mais acentuada nos últimos anos como conseqüência da própria ampliação do acesso desses indivíduos ao ensino regular de maneira geral. Os dados do Censo Escolar da Educação de Jovens e Adultos não apresentam isoladamente os dados referentes aos alunos com deficiência, o que dificulta estabelecer um recorte fundamentado desse crescimento. Mas os relatos dos profissionais da área apontam indícios desta ampliação, que não podem ser desconsiderados.

É notório que o acesso dos alunos com necessidades especiais, na forma de matrículas aceitas no ensino regular, tem sido formalmente assegurado, mas a organização de sistemas que assegurem a estes alunos condições de permanecerem e serem bem sucedidos em sua trajetória escolar, ainda é meta a ser alcançada.

A ampliação registrada no volume de matrículas de alunos com deficiência na Educação Básica em geral, pode ser atribuída tanto à transferência de alunos já matriculados em serviços especializados como classes especiais e escolas especiais para turmas de ensino regular, como a uma ampliação dos processos de conscientização e da atuação dos movimentos sociais de representação das pessoas com deficiência, no sentido de assegurar o acesso ao sistema regular de ensino.

No caso da EJA, embora esse processo seja objeto de relatos recorrentes de profissionais atuantes nas redes de ensino, ainda é fenômeno pouco estudado pelos pesquisadores da educação, tanto a partir do olhar da Educação Especial, quanto pelos educadores e pesquisadores vinculados à Educação de Jovens e Adultos.

Para o foco deste trabalho, destacaremos, do conjunto de indivíduos considerados nos documentos do Ministério da Educação – MEC, como alunos com necessidades educacionais especiais, os alunos com deficiência, por entender que Transtornos Globais de Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação guardam em si especificidades que mereceriam um outro nível de aprofundamento, que não as dilua sob o rótulo generalizante das necessidades educacionais especiais.

Além dos relatos de professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos que apontam a acentuação da presença de alunos com deficiência nessas turmas. o documento produzido na CONFINTEA – 2009, destaca a necessidade de se discutir questões relacionadas a deficiência/necessidades especiais, em um movimento histórico que nos traz indicativos da necessidade de ampliação de estudos na área.

A INTERFACE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Considerando o caráter transversal da Educação Especial em todos os níveis e modalidades de ensino, buscamos compreender de que forma essa transversalidade da Educação Especial vem acontecendo na Educação de Jovens e Adultos e, dado o caráter emergente da temática em nosso universo de pesquisa, apresentamos aqui um estudo exploratório que tem por objetivo identificar de que forma a interface Educação Especial/ Educação de Jovens e Adultos vem se constituindo como objeto de estudo no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação. Mapeamos a produção acadêmica na área, seus principais focos de interesse, bases conceituais e teóricas, localização geográfica, períodos de produção e possíveis lacunas a serem ainda aprofundadas.

Para o desenvolvimento deste estudo, realizamos pesquisa no Banco de Teses da CAPES, tomando por base os descritores Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial/Educação Inclusiva. Após análise preliminar dos resumos encontrados, buscamos o acesso ao conteúdo integral dos trabalhos identificados. Nos limites do trabalho aqui apresentado, foi possível obter o acesso ao texto integral de oito dos onze trabalhos identificados.

Em relação à metodologia adotada, como pesquisadores que falam a partir do campo da Educação Especial, foi necessário, para o desenvolvimento deste trabalho, buscar uma aproximação

dos principais referenciais bibliográficos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com destaque para Soares (2006 e 2006 a) cujas publicações organizam e articulam a produção recente de vários outros pesquisadores da área.

Esta pesquisa bibliográfica foi complementada com o estudo de autores como Alvarenga (2009) e Chilante e Noma (2009) retomando a história da constituição da EJA como campo de conhecimentos no Brasil no período de 1947 a 2002, e aprofundando as discussões acerca das concepções de cidadania e da educação como direito social que nos possibilitaram a realização de uma leitura crítica mais consistente das dissertações e teses localizadas no âmbito de nosso objeto de estudo: a interface entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Realizamos ainda ampla pesquisa acerca do tema na base de dados do SCIELO, com descritores que contemplassem a interface Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, não tendo sido encontrados trabalhos desta natureza.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS : UM CAMPO DE SABERES EM CONSTRUÇÃO

Embora a Educação de Jovens e Adultos no Brasil tenha uma história que se inicia muitos anos antes da promulgação dos instrumentos legais que atualmente a normatizam, é com a Constituição Federal de 1988 e com a LDB nº 9394/96 que as demandas de educação dos jovens-adultos são demarcadas como conquista efetiva dos movimentos sociais. Há que se destacar que com a LDB temos a instauração da Educação de Jovens e Adultos - EJA como modalidade de ensino, a ser oferecida sob a responsabilidade do poder público. Conforme destaca Arroyo (2006, p. 19):

O campo da Educação de Jovens e Adultos tem uma longa história. Diríamos que é um campo ainda não consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas. Um campo aberto a todo cultivo e onde vários agentes participam. De sementeiras e cultivos nem sempre bem definidos ao longo de sua tensa história.

Um dos maiores riscos desta abertura a interferências transitórias de agentes diversos é, como nos aponta Arroyo (2006),

a desprofissionalização da área e sua condução na forma de campanhas e projetos. É esse o marcador essencial que encontramos quando nos reportamos a observar o desenvolvimento histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Tradicionalmente a EJA, pulverizada entre perspectivas assistencialistas e compensatórias, foi sendo incorporada – a exemplo do que ocorreu com a Educação Especial –, por Organizações não Governamentais, igrejas, movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, e instituições como UNESCO e Abrinq. No âmbito Federal, projetos pontuais como o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, o Movimento de Alfabetização Solidária ou a criação de órgãos específicos como a Fundação Educar, marcam essa trajetória histórica que parece confundir a EJA com a alfabetização de adultos ou com os movimentos de educação popular (ALVARENGA, 2009).

Esta trajetória na forma de política compensatória, apartada das discussões da Educação Básica, marcada por descontinuidade e amadorismo caminha, neste momento histórico, para a superação deste padrão, pressionada pela força dos movimentos sociais e pelas transformações vivenciadas pela sociedade nas concepções de juventude e de educação como direito humano inalienável, em qualquer etapa da vida.

Arroyo (2006, p. 20) nos lembra que um dos desafios do momento presente é efetivar a EJA como “campo específico de responsabilidade pública do Estado” e vai além na discussão da transformação vivenciada pela sociedade quanto ao entendimento de que a juventude não é mais apenas um tempo de preparação para a vida adulta, mas é também, assim como a vida adulta, um tempo de direitos com necessidades específicas a serem observadas e assumidas pelo Estado. Reportando-se à transformação nas concepções de juventude nos aponta que :

Este quadro nos trará seriíssimas conseqüências na re-configuração da Educação de Jovens e Adultos. Esta será marcada, sem dúvida, pela orientação que forem adquirindo as políticas de juventude e o reconhecimento da especificidade humana, social e cultural desses tempos da vida como tempo de direitos. A visão reducionista com que, por décadas, foram olhados os alunos da EJA – trajetórias escolares truncadas, incompletas – precisará ser superada diante do protagonismo social e cultural desses tempos da

vida. As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas de juventude. A finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam. (ARROYO, 2006, p. 21)

É neste momento, que se coloca como desafio coletivo a reconfiguração da EJA, não mais como suplência, compensação ou assistência, mas como parte da Educação Básica, destinada a atender jovens e adultos em suas “trajetórias humanas”; jovens que trazem, para o contexto da escola, os “tensos processos de sua formação mental, ética, identitária, cultural, social e política” que compõem seu processo de formação e aprendizagem (ARROYO, 2006, p. 25).

Na atualidade, no conjunto desses jovens que trazem em seu percurso formativo as marcas de tantas situações de exclusão social, vamos encontrar a presença, como em outros campos da vida social, de pessoas jovens e adultas com deficiência, que buscam, no acesso à educação, meios de dar continuidade ao seu desenvolvimento humano e social.

Sérgio Haddad (1998, p.116), referindo-se aos processos de incorporação dos alunos jovens e adultos na Educação Básica afirma que “Não basta oferecer escola; é necessário criar as condições de freqüência, utilizando uma política de discriminação positiva, sob risco de, mais uma vez, culpar os próprios alunos pelos seus fracassos.” Trata-se de recomendação que, sem sombra de dúvida, pode ser apropriada no âmbito da educação de pessoas com deficiência também.

Mas não se trata apenas de compensar situações de insucesso escolar na EJA, e sim da necessidade do atendimento de necessidades específicas de indivíduos que buscam, na educação, caminhos para a construção de sua caminhada no interior da sociedade, aí incluídas as perspectivas de formação e qualificação para o mundo do trabalho.

Acumulam-se neste processo, as dificuldades de configuração e/ou reconfiguração e organização de duas modalidades de ensino – a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos - que encontram-se cada uma em sua perspectiva, em processo de re-definição social. Este movimento vem tornando explícita a impossibilidade de manter-se a fragmentação entre os diferentes campos de atuação do sistema educacional já que os

seres humanos são, por sua própria natureza, mais complexos e diversos do que o aluno padrão projetado como o aluno 'normal' do ensino regular

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO ESPECIAL: TRAJETÓRIAS QUE SE ENTRECruzAM

Analisando-se os estudos que se debruçam sobre a Educação de Jovens e Adultos em sua perspectiva histórica e em sua constituição como políticas públicas no âmbito da educação brasileira, encontramos pontos de convergência entre esta e a Educação Especial, campos de conhecimento categorizados em nossos documentos legais como modalidades de ensino.

Destacamos aqui três bases estruturais que estabelecem essa convergência. Arroyo (2006, p. 27) ao referir-se à ineficiência do estado em prover a educação para pessoas acima da faixa etária regular, nos traz o primeiro indicador dessa aproximação ao apontar que:

A ausência dos governos levou agentes diversos da sociedade a assumir sua responsabilidade diante de uma realidade cada vez mais premente: quem daria conta da obrigação ética, social, política de garantir o direito à educação de milhões de jovens-adultos populares? Por que o Estado continuou tão ausente? A compreensão desta questão nos remete ao campo do reconhecimento social dos direitos.

Trata-se da mesma situação vivenciada no campo da Educação Especial em que a ausência do poder público e sua ineficácia em garantir a educação das pessoas com deficiência, acabou sendo suprida por Organizações não Governamentais, representações dos movimentos sociais que se posicionaram na defesa dos direitos das pessoas com deficiência ou de seus familiares, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e entidades diversas como Fundações e Institutos filantrópicos de assistência.

Estas marcas de nascimento vinculadas a espaços externos ao campo da Educação e constituídos na forma de ações assistencialistas, criadas e geridas por atores com fundamentos e objetivos diversos aos dos fins da educação, imprimem sua

perspectiva na constituição de princípios e práticas que estabelecem o escopo histórico que caracteriza sua atuação.

No caso da Educação Especial, destaca-se o viés medicalista que acompanha as práticas de educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, de maneira geral mais atreladas aos saberes biológicos e psicológicos acerca da condição dos indivíduos, em detrimento dos aspectos pedagógicos de atuação dos profissionais junto aos diferentes sujeitos da educação.

No caso da Educação de Jovens e Adultos o nascimento das práticas de Educação de Jovens e Adultos a partir do olhar da necessidade de Alfabetização de Adultos, em instituições religiosas ou de organizações sociais não governamentais, estabelece uma base que se pensa *compensatória*. Dessa forma, ainda carecemos de avanços no campo do pensamento pedagógico, no sentido de se estudar e propor constituições curriculares diversas para o campo da Educação de Jovens e Adultos, não mais entendida como espaço compensatório de defasagens sociais e portanto, transitórias, mas como demanda real do campo da Educação, de entendê-la como espaço onde as demandas de saberes (enquanto conteúdos) e de práticas (enquanto processo didático-pedagógico) são específicas, peculiares.

Esses dois processos de nascimento: pelo viés médico-psicológico no campo da Educação Especial e pelo viés comunitário, no campo da Educação de Jovens e Adultos, distancia das discussões um aspecto fundamental da questão: a necessidade de reconhecimento da educação como direito social de todos os seres humanos, independente de sua condição biológica ou faixa etária.

É Arroyo (2006, p. 28), que nos traz elementos para refletir acerca da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial como campos que vão emergir na medida em que desenvolvamos esse olhar sobre a educação como direito social de todos os seres humanos:

Se pretendemos reconfigurar a Educação de Jovens e Adultos, teremos que começar por reconfigurar a estreiteza com que vem sendo equacionado o direito à educação em nossa tradição política e pedagógica. O embate tem de se dar no campo do alargamento dessa estreita concepção dos direitos sociais, humanos. A história mostra que o direito à educação somente é reconhecido na medida em que vão acontecendo

avanços sociais e políticos na legitimação da totalidade dos direitos humanos. [...] Teimar em reduzir direitos a favores, à assistência, à suplência, ou a ações emergenciais é ignorar os avanços na construção social dos direitos, entre eles à educação de jovens e adultos.

Ao indicar a relevância e o papel dos movimentos sociais na conquista da EJA como direito social fundamental, tem também a clara indicação, realizada inclusive por este mesmo autor, de que os movimentos sociais vêm trazendo avanços que pressionam pelo reconhecimento dos direitos de vários outros grupos sociais. Ora, também no campo da Educação Especial, representam um impacto relevante a ação dos movimentos de defesa dos direitos dos indivíduos com deficiência. Embora seja possível observar que, no Brasil, a presença de familiares e profissionais que falam *sobre* a deficiência predomine, emergem já movimentos em que pessoas com deficiência que romperam as barreiras da exclusão educacional trazem suas vozes ao centro dos debates, ampliando e reconfigurando o próprio campo da Educação Especial.

Decorrente dessa ampliação da concepção de educação como direito social inerente à condição humana, um terceiro aspecto a ser considerado é o de que é tradicional encontrarmos como marco histórico do desenvolvimento das práticas de Inclusão no âmbito da Educação Especial no Brasil, a referência a aspectos de natureza legal, traduzidos na indicação dos Artigos 205 e 208 da Constituição Federal brasileira promulgada em 1988. Estes artigos trazem em seu escopo que “A Educação é direito de todos” e estabelecem o dever do Estado com o “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Analisando marcos pontuais de legislação que acompanha o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, Soares (2006, p. 275) nos traz a mesma referência como marco na conquista do direito à educação de jovens e adultos e de sua assunção como responsabilidade do Estado a ser coordenada e financiada com recursos públicos especificamente destinados.

Estes princípios viriam a ter posteriormente, no âmbito da educação, sua regulamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96 que vai abrir capítulos especialmente destinados à abordagem da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos como modalidades educacionais. Entendemos que, o reconhecimento destas áreas como modalidades educacionais que

constituem o sistema escolar e que, como tal, demandam estruturas administrativas e organizacionais vinculadas ao Estado, representam um avanço. Entendemos, no entanto, a relevância de que se pense também estas modalidades como campos de conhecimento que devem contemplar saberes e práticas específicos, trazidos pelas demandas, também específicas, que diferentes sujeitos, com suas trajetórias peculiares de desenvolvimento, nos trazem.

São estes apenas alguns dos pontos que nos permitem deslocar o olhar específico posto sobre a diferença no “outro” jovem-adulto ou com deficiência, para as dificuldades historicamente construídas em nosso meio cultural de relações com a diversidade e complexidade própria à constituição dos seres humanos.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA

Consulta realizada ao Banco de Teses da CAPES – portal de acesso à produção acadêmica em nosso país, em meados de 2010, tomando como descritores a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial/Educação Inclusiva, apontou a existência de 11 trabalhos que analisam a interface entre estas duas modalidades de ensino. A seguir, apresentamos um panorama dos trabalhos produzidos, que nos foi possível localizar, de forma a oportunizarmos algumas reflexões acerca do estado atual da produção acadêmica na área.

No conjunto destes trabalhos, temos apenas uma tese (SHIMAZAKI, 2006), sendo os demais trabalhos dissertações. Observamos ainda que, o primeiro registro de dissertação que traz esta interface ocorre em 2003, havendo em 2004 e 2005, registro de apenas uma publicação na área por ano, crescendo em 2006, para três trabalhos, produção mantida em 2007, e o recrudescimento, em 2008 e 2009, para apenas uma publicação por ano que aborda a interlocução da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Especial.

Em relação à especificidade dos temas abordados temos uma prevalência significativa dos estudos focados no desempenho e meios de aquisição de conhecimento dos indivíduos com deficiência mental - 05 trabalhos: Fonseca (2003), Maffezoli (2004), Dantas (2006), Shimazaki (2006) e Xavier (2007). Esse olhar que aponta a prevalência da preocupação com este aspecto, já era anunciado por Mantoam (1997) em que, em um provocativo artigo já trazia como interrogação à área: “Deficiência Mental: o nó da inclusão”

Como segundo foco de preocupação dos pesquisadores, encontramos a discussão acerca da estruturação de sistemas educacionais para o acolhimento de pessoas com deficiência em suas turmas de Educação de Jovens e Adultos - três trabalhos: Crespo (2005), Bruno (2006) e Lins (2008).

Estabelecidas como setores específicos no âmbito das estruturas gestoras dos sistemas educacionais em âmbito federal, estadual ou municipal, a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos, se constituem na forma de recursos materiais, espaços físicos e saberes específicos constituídos em seus campos de atuação. Estes trabalhos nos oportunizam questionar: estarão sendo apropriados por todos, em função das necessidades de docentes e discentes, os espaços físicos, os recursos didáticos pedagógicos e os saberes constituídos em cada uma dessas áreas? Existem espaços de interlocução entre os profissionais que foram se aprofundando em saberes e encontrando caminhos de ação prática no cotidiano docente que caracterizaríamos como especializado?

Os demais trabalhos referem-se a situações específicas a saber: Educação de alunos adultos com deficiência visual: Cirino (2007); educação de jovens e adultos em situação de sofrimento psíquico²: Lima (2007) e um estudo comparativo entre concepções acerca de trajetórias escolares de jovens e adultos em situações de inclusão, na perspectiva de familiares, professores e alunos Tomaino (2009)

Uma consulta preliminar de artigos publicados que realizem a interlocução entre os campos da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial, aponta a inexistência de produções no sistema SCIELO e apenas um trabalho completo apresentado na ANPEd: Maffezoli (2005), síntese de uma das teses acima apresentadas no Grupo de Trabalho voltado às discussões vinculadas à Educação Especial – GT15.

No tocante à localização da região de realização das pesquisas que geraram as dissertações e teses produzidas, verificamos uma predominância de produções em programas localizados na região sudeste do Brasil – cinco trabalhos; e um equilíbrio entre as produções realizadas nas regiões centro-oeste, sul e nordeste – dois trabalhos em cada. Não encontramos pesquisa desenvolvida neste campo na região norte.

2 Entendemos que situações de sofrimento psíquico não caracterizam deficiência, constituindo-se como campo diverso de estudos, mas na análise do interior do trabalho, há forte conexão entre questões de sofrimento psíquico e processos de fracasso escolar e exclusão.

A maior parte dos trabalhos foi desenvolvida em programas de pós-graduação em Educação, havendo também registros de trabalhos realizados em programas de Psicologia da Educação, Teologia e Educação Escolar.

Em relação ao *lôcus* de pesquisa, visto sob o viés da educação, seis trabalhos foram desenvolvidos em escolas de ensino regular que tinham alunos com deficiência matriculados em suas turmas de Educação de Jovens e Adultos, quatro trabalhos foram realizados em instituições especializadas em Educação Especial, atuando com alunos jovens-adultos e um trabalho foi realizado em instituição que articulava o ensino especializado à presença pontual – não permanente – de uma turma de Educação de Jovens e Adultos.

No tocante às matrizes conceituais utilizadas para o desenvolvimento das pesquisas e matrizes de análise dos dados, encontramos uma fragmentação significativa com a predominância de estudos na perspectiva histórico-cultural – três trabalhos. Nos restantes, encontramos referências ao pós-estruturalismo a partir dos trabalhos de Michel Foucault; à teoria das representações sociais, à ciência da história e à perspectiva humanista de Carl Rogers. Verificamos também que alguns trabalhos apresentam dados e conclusões mesclando diferentes matrizes conceituais e epistemológicas, sem delimitar de maneira explícita o posicionamento teórico metodológico do autor.

Dentre as conclusões apontadas em algumas das pesquisas apresentadas nessas dissertações e teses vemos indicações quanto à inexistência e/ou ineficácia das políticas de inclusão de alunos com deficiência nas turmas de EJA, com constatações que analisam as práticas de inclusão escolar atualmente desenvolvidas apenas como mecanismos de “apaziguamento da ambigüidade por meio de um discurso de acesso, igualdade de oportunidades e diversidade, mas que contraditoriamente na prática pedagógica não se operacionalizam” (BRUNO, 2006).

Em outros trabalhos vemos o apontamento de que as dificuldades vivenciadas pelos alunos com deficiência nas turmas de EJA, são comuns também a outros participantes dessas ações, em grande parte devido à inadequação dos currículos ao perfil de alunos jovens-adultos, Acresce-se à esta inadequação curricular o fato de que a estes jovens e adultos que à escola acorrem em busca de seu desenvolvimento como indivíduos e do acesso a uma condição social mais valorizada socialmente, não é dada a devida voz (CIRINO, 2007; FONSECA, 2003 e LIMA, 2007).

No tocante às possibilidades de desenvolvimento educacional do aluno jovem-adulto com deficiência no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, há um indicativo da necessidade de construção de mecanismos específicos para que se instituem espaços pedagógicos que assegurem condições de permanência e de sucesso escolar dos alunos com deficiência, seja na forma da construção de um modelo pedagógico que considere as especificidades das necessidades de cada indivíduo, seja através da melhoria na formação de docentes e gestores das instituições escolares (DANTAS, 2006; MAFFEZOLI, 2004; SHIMAZAKI, 2006; TOMAINO, 2009; XAVIER, 2007; CRESPO, 2005 e LINS, 2008).

Apontamos ainda que dois trabalhos estudam os meios de aquisição de conhecimentos por parte de jovens e adultos considerados como indivíduos com deficiência mental. Entendemos ser este um campo ainda de pouco aprofundamento em nosso meio acadêmico (XAVIER, 2007 e SHIMAZAKI, 2006). De maneira geral, carecemos de discussões que apontem o impacto de estratégias educacionais no desenvolvimento de indivíduos que apresentam um quadro que, em algum momento veio a ser considerado como de deficiência mental.

Carneiro (2008) ao nos apresentar a deficiência mental como uma produção social, distanciando-a integralmente da ótica biologizante que entende que o déficit cognitivo é prognóstico definitivo e inalterável de determinados quadros patológicos do sujeito, abre uma perspectiva de reflexão que entendemos ser, neste contexto, extremamente relevante apontar, mesmo não sendo este o objetivo central de nosso estudo. Ao apresentar as histórias de vida de 03 adultos diagnosticado como acometidos pela Síndrome de Down que, contrariando o senso comum encontram-se inseridos na vida social, vivenciando experiências plenas de vida laboral e familiar próprias à idade adulta, a autora busca:

- Explicitar a deficiência mental como condição que se desenvolve nas relações sociais:
- Discutir a relação entre diagnóstico e prognóstico referente ao desenvolvimento cognitivo na síndrome de Down; e
- Dar visibilidade a histórias de vida de adultos com síndrome de Down que se constituíram

como sujeitos sem deficiência mental.
(CARNEIRO, 2008, p. 11)

São questões que nos apontam a relevância de que se analise com maior atenção as questões relacionadas às próprias concepções de sujeito da educação que permeiam o cotidiano de nossas instituições educacionais.

Dentre os vários silenciamentos que encontramos nos estudos até aqui realizados, destacamos a ausência de trabalhos que se dediquem à discussão da formação de professores para a educação de pessoas jovens e adultas que apresentem deficiências. Entendemos que estes não-ditos redirecionam nosso olhar para aspectos relacionados à desprofissionalização da docência que verificamos tanto na Educação de Jovens e Adultos quanto na Educação Especial. Historicamente, o exercício da docência nas duas áreas tem sido assumido por profissionais das mais diversas áreas, sem qualquer formação específica, como se fossem áreas que pudessem ter suas práticas pedagógicas desenvolvidas por pessoas que apresentem apenas um perfil de afetividade, solidariedade humana e benevolência, sem o domínio das ciências fundantes do fazer pedagógico.

São questões que nos reportam à urgência de aprofundarmos as reflexões relativas à profissionalidade dos docentes tanto àqueles que se dedicam ao campo da Educação Especial quanto da Educação de Jovens e Adultos, que apresentam uma matriz comum de dificuldades no tocante ao processo de definição de perfil profissional e de formação.

À GUIA DE REFLEXÃO

Uma análise preliminar da produção acadêmica disponibilizada no Banco de Teses da CAPES aponta que a interlocução entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos é tema de interesse recente em nossos programas de pós-graduação, não havendo registro de trabalhos anteriores a 2003. Mostra ainda que, o campo que vem despertando maiores conflitos nos processos educacionais voltados à inclusão de jovens e adultos, despertando o interesse de pesquisadores, foca-se nos indivíduos que apresentam deficiência mental.

Outro aspecto a se destacar é a prevalência de pesquisas realizadas na região sudeste do país, em uma perspectiva que

certamente não dá conta de captar as especificidades sociais e culturais do país de dimensões continentais que é o Brasil.

Reafirma-se na análise desses trabalhos a constatação de que muitos dos jovens-adultos que hoje chegam às turmas de EJA no ensino regular, são alunos que trazem em sua trajetória histórico de vivências educacionais em instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência e que vivenciam as dificuldades peculiares ao enquadramento em uma situação de ensino não projetada para atender as suas condições e interesses. Neste aspecto, não verificamos diferença significativa entre o recorrente discurso no tocante à inadequação dos currículos de EJA presentes nos textos que se dedicam à análise da educação de jovens e adultos como um todo, não sendo peculiar à situação dos alunos com deficiência.

Fica explicitado neste mapeamento inicial, a lacuna existente de estudos e pesquisas que contemplem os mecanismos através dos quais se dá a aquisição de conhecimentos por parte de jovens e adultos em diferentes situações de deficiência, bem como quanto aos mecanismos de articulação entre os saberes construídos no campo da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos, de forma a que possamos construir sistemas educacionais eficazes ao atendimento dos interesses e necessidades da coletividade.

Muitos são os desafios que se colocam aos profissionais de ambos os campos de conhecimento. É fundamental que busquemos mecanismos de ampliação de saberes acerca da forma como os alunos com deficiência estão sendo acolhidos nas turmas de Educação de Jovens e Adultos. Para tanto é preciso que se dê inclusive, maior transparência aos dados do Censo Escolar que, no âmbito da EJA ainda não identificam diretamente o perfil de alunos com deficiência matriculados nas turmas.

Urge ainda que se disponibilizem aos professores de Educação de Jovens e Adultos, os saberes e recursos pedagógicos necessários ao atendimento das necessidades específicas dos alunos, assegurando aos professores estruturas de apoio para a realização de práticas pedagógicas compatíveis com as necessidades desses.

Vários tem sido os estudos que apontam as dificuldades vivenciadas pela escola regular na realização de educação dos alunos com deficiência em sua turmas de Educação Básica, apesar do longo período de discussão quanto aos saberes e práticas acerca da inclusão de alunos com deficiência que se realizam com os professores e gestores de escolas e sistemas.

Como especificidade da educação de pessoas com deficiências nas turmas de Educação de Jovens e Adultos é relevante que aprofundemos as reflexões e debates acerca do trabalho pedagógico a ser realizado considerando os mecanismos de articulação dos saberes a serem oportunizados aos indivíduos, no sentido de viabilizar sua inserção na vida social e no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Márcia Soares. *Da Cegueira à orfandade: a questão da cidadania nas políticas de alfabetização de jovens e adultos (1947 – 2002)*. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 36, p.200 – 215, dez 2009.

ARROYO, Miguel Gonzales. *Educação de jovens-adultos : um campo de direitos e de responsabilidade pública*. In SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia e Gomes (org.) *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2006. (p. 19 – 50)

BRASIL. *Direito à Educação: Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais. Orientações Gerais e Marcos Legais*. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. *Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social*. Campinas, Papirus, 2008

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro e NOMA, Amélia Kimiko. *Reparação da dívida social da exclusão: uma função da educação de jovens e adultos no Brasil?* Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. Especial, p. 223 – 237, mai.2009.

HADDAD, Sérgio. *Educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB*. In BRZEZINSKI, Iria (org). *LDB interpretada: diversos olhares que se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1998.

MAFFEZOLI, Roberta Roncali e GÔES, Maria Cecília Rafael de. *Jovens e Adultos com deficiência mental : seus dizeres sobre o cotidiano de suas relações pessoais e atividades*. Caxambu, ANPED, 2005 acessado em www.anped.org.br em 09 de agosto de 2010.

MANTOAN,, M. T. E. et. Alii. *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Memnon., 1997

SOARES, Leôncio. *Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos*. In SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia e Gomes (org) *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2006. (p. 273 – 289)

SOARES, Leôncio. *A formação do educador de jovens e adultos* in SOARES, Leôncio. *Aprendendo com a diferença: Estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos*. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2006 a. (p. 121-141)

DISSERTAÇÕES E TESES CONSULTADAS

BRUNO, André Gustavo Garcia. *Interdições e Contradições na política de inclusão de jovens e adultos com deficiência no Estado de Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado, Campo Grande, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2006.

CIRINO, Roseneide Maria Batista. *Concepções de Jovens e Adultos com deficiência visual sobre os contextos de aprendizagem escolar*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2007.

CRESPO, Telma Cristina Fernandes. *Educação Especial frente à inclusão de jovens e adultos: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

DANTAS, Dulciana de Carvalho Lopes. *Jovens e adultos com deficiência mental: entre o limite e possibilidades de permanência na escola regular, em tempos de inclusão*. Dissertação de Mestrado, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

FONSECA, Mirella Villa de Araújo. *Versões e inserções: a educação de jovens e adultos com deficiência mental*. Dissertação de Mestrado, Campo Grande, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2003.

LIMA, Leda Pinto Bandeira. *Reflexão sobre o processo de inclusão de pessoas portadoras de sofrimentos psíquicos na educação de jovens e adultos - EJA, numa escola confessional metodista, em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, Instituto Superior de Teologia, 2007.

LINS, Vanira Maria Laranjeiras. *Formação docente na educação de jovens e adultos: processos de inclusão/exclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em uma perspectiva de humanização*. Dissertação de Mestrado,

Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

MAFFEZOLI, Roberta Roncali. *Olha, eu já cresci – a infantilização de jovens e adultos com deficiência mental*. Dissertação de Mestrado, Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

SHIMAZAKI, Elsa Midori. *Letramento em jovens e adultos com deficiência mental*. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

TOMAINO, Giorgia Caroline. *Do ensino especializado à educação de jovens e adultos: análise das trajetórias escolares na perspectiva dos alunos, familiares e professores*; Dissertação de Mestrado, Araraquara, UNESP, 2009.

XAVIER, Dayane Rodrigues. *Possibilidades dialógicas e interações sociais de jovens e adultos com deficiência mental no contexto da educação especial*. Dissertação de Mestrado, Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba, 2007.